

RECURSO ESPECIAL Nº 1.703.308 - SC (2017/0262154-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : PAULO ASSIS IDALGO
ADVOGADOS : WALMIR FERREIRA MARTINS E OUTRO(S) - SC008206
MARCIO DE CAMPOS ROSSI - SC035709
RECORRIDO : ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MOINHO DO RIO VERMELHO
ADVOGADOS : ESTEPHANIA RAUBER SILVA E OUTRO(S) - SC027295
VANESSA DE AMORIM SOUZA - SC026431

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por PAULO ASSIS IDALGO, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Na origem, a demanda versa sobre ação de nunciação de obra nova movida por ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MOINHO DO RIO VERMELHO em face de PAULO ASSIS IDALGO, na qual foi deferido o embargo liminar para determinar a paralisação da obra, sob pena de multa. Interposto o Agravo de Instrumento pelo réu, negou-se provimento ao apelo.

Em sede de agravo de instrumento, a Corte Estadual desproveu o reclamo nos seguintes termos:

AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA. EMBARGO. LEGITIMIDADE. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES. TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS. É legítima para ajuizar ação de nunciação de obra nova a Associação que atua no interesse dos moradores do loteamento, na condição de substituto processual.

A tutela antecipatória, como medida excepcional, somente pode ser concedida quando presentes os requisitos indispensáveis, quais sejam, a "prova inequívoca do direito invocado" e a "verossimilhança das alegações", conjugados com o "receio de dano irreparável ou de difícil reparação", ou com o "abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu", e que a medida, caso concedida, seja passível de reversão.

Nas razões do recurso especial (fls. 229/243, e-STJ), o recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação, pelo aresto estadual, aos artigos 6º e 934, ambos do CPC/73.

Sustenta, em síntese, que *"a recorrida não é legítima para propor a ação de nunciação de obra nova em nome dos seus associado"*.

Contrarrazões (fls. 269/274, e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fl. 280, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

Não mais subsiste razão para o processamento do presente recurso especial, uma vez manifesta a superveniente perda de seu objeto.

Superior Tribunal de Justiça

1. O recurso especial impugna acórdão proferido pela Corte local que, em sede de Agravo de Instrumento, confirmou decisão a qual deferiu o pedido de tutela antecipada, em embargo de obra.

Em consulta ao site do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, verifica-se que a ação foi julgada procedente com resolução de mérito, tendo a sentença, prolatada em 13 de abril de 2019, rejeitado a preliminar de ilegitimidade ativa levantada pelo réu Paulo Assis Idalgo, ora recorrente.

Assim, o julgamento do mérito da ação originária conduz ao esvaziamento do conteúdo do presente recurso, ante a perda de objeto do recurso especial, tornando-o prejudicado.

2. Do exposto, com fulcro no artigo 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o recurso especial, ante a perda do objeto.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator